

## A 7 de setembro de 1822 e a 2 de julho de 1823: em torno das comemorações das Independências do Brasil

Ana Paula Medici<sup>1</sup>

*September 7, 1822 and July 2, 1823: around the celebrations of the Independence of Brazil*

*7 de septiembre de 1822 y 2 de julio de 1823: en torno a las celebraciones de la Independencia de Brasil*

### Resumo

O 7 de setembro de 1822 e o 2 de julho de 1823, marcos da *Independência do Brasil* ocorridos em São Paulo e na Bahia, respectivamente, fazem-se amplamente presentes não só em obras historiográficas, como também no imaginário popular. Ao longo dos séculos XIX e XX, principalmente entre a década de 1820 e as comemorações do centenário da Independência, documentos produzidos pelo legislativo, discursos de autoridades diversas, obras de cariz historiográfico, imprensa, festas cívicas e monumentos comemorativos moldaram e remoldaram memórias e narrativas acerca dos eventos fundadores do Império e da Nação brasileiros. Propõe-se uma reflexão acerca do movimento de construção desses marcos, constantemente reapropriados e reavaliados pelas comunidades envolvidas nas comemorações cívicas e na rememoração da Independência.

**Palavras-chave:** *Independência do Brasil; Independência do Brasil na Bahia; Nação; 7 de setembro; 2 de julho.*

---

<sup>1</sup> Doutora, Prof.ª Associada de História do Brasil Colonial na Universidade Federal da Bahia. E-mail: paula.medici@ufba.br

## Abstract

The September 7, 1822 and July 2, 1823, milestones of the Independence of Brazil that took place in São Paulo and Bahia, respectively, are widely present not only in historiographical works, but also in the popular imagination. Throughout the 19th and 20th centuries, especially between the 1820s and the centenary celebrations of Independence, documents produced by the legislature, speeches by various authorities, works of a historiographical nature, the press, civic festivities and commemorative monuments shaped and reshaped memories and narratives about the founding events of the Brazilian Empire and Nation. It is proposed a reflection on the movement of construction of these landmarks, constantly reappropriated and reassessed by the communities involved in the civic commemorations and in the remembrance of Independence.

**Keywords:** *Independence of Brazil; Independence of Brazil in Bahia; 7 th of September; 2nd of July, Nation.*

## Resumen

El 7 de septiembre de 1822 y el 2 de julio de 1823, hitos de la Independencia de Brasil ocurridos en São Paulo y Bahía, respectivamente, están presentes no sólo en los trabajos historiográficos, sino también en el imaginario popular. A lo largo de los siglos XIX y XX, especialmente entre la década de 1820 y las celebraciones del centenario de la Independencia, los documentos legislativos, los discursos de diversas autoridades, los trabajos de carácter historiográfico, la prensa, las fiestas cívicas y los monumentos conmemorativos moldearon y reconfiguraron memorias y relatos sobre los hechos fundacionales del Imperio y de la Nación brasileños. Se propone una reflexión sobre el movimiento de construcción de estos hitos, constantemente reappropriados y revalorizados por las comunidades involucradas en las conmemoraciones cívicas y en la memoria de la Independencia.

**Palabras clave:** *Independencia de Brasil; Independencia de Brasil en Bahía; Nación; 7 de septiembre; 2 de julio.*

## Introdução

Os anos de 2022 e 2023, Bicentenário da Independência do Brasil e da Independência do Brasil na Bahia, respectivamente, trazem à baila não só debates acerca do estabelecimento do 7 de setembro de 1822 e do 2 de julho de 1823, enquanto marcos do “nascimento da nação” brasileira, como também, em momento tão conturbado política e economicamente, recoloca na pauta de historiadores da História do Brasil a necessidade de se debruçarem sobre os movimentos que, perpassando debates historiográficos e políticos, favoreceram a elaboração de determinadas máximas e imagens, acerca dos processos que transformaram antigas colônias portuguesas em um Estado que se queria nacional, durante o século XIX.

Mais do que analisar os movimentos que levaram à declaração do rompimento dos vínculos políticos entre o então Reino Unido do Brasil e o Reino de Portugal, a norte e a sul da América Portuguesa, penso ser pertinente aproveitar as efemérides em pauta para analisar outros dois movimentos: o primeiro deles diz respeito ao próprio estabelecimento dos marcos históricos citados em meio aos debates e jogos de interesses políticos envolvidos na construção do Estado imperial desde o século XIX, principalmente no Rio de Janeiro, em São Paulo e na Bahia, que envolviam, além de políticos de carreira, membros de seus institutos históricos e dos grupos de poder locais. Para o segundo movimento, a reflexão se concentrará nos mecanismos de elaboração e reelaboração de narrativas das *independências* no Brasil, em São Paulo e na Bahia, contribuindo para o estudo da construção de símbolos e de suportes materiais que lhes conferiram tangibilidade, aproximando-os dos *brasileiros* que, por meio desses elementos, se reconhecem enquanto comunidade, com passado e vivências comuns.

Nesse sentido, a construção de monumentos e a organização de festejos cívicos durante os séculos XIX e XX foram fundamentais na construção de imagens e memórias acerca dos eventos relacionados à Independência do Brasil. Todavia, isso não significa dizer que populares e membros das elites locais,

envolvidos nas comemorações relacionadas à fundação do Estado-nação Brasil, adotassem sem qualquer tipo de contestação o conteúdo disciplinador e explicativo que essas versões da história da Independência continham. Pelo contrário, desde a década de 20 dos oitocentos, imagens e ideias acerca da Independência do Brasil foram constantemente apropriadas e reapropriadas, de acordo com o contexto histórico e as expectativas dos *brasileiros* que rememoravam e celebravam seus mitos de origem.

Dessa forma, as comemorações relacionadas às Independências do Brasil e a deferência às festas e aos monumentos que lhes conferiram materialidade constituíram ocasiões e oportunidades de veicular, aderir ou questionar não só imagens construídas acerca do nosso passado, mas também do que significava, a cada momento, ser *brasileiro*.

### *A Independência do Brasil e a Independência do Brasil na Bahia*

Não é objetivo desse artigo descrever pormenorizadamente os acontecimentos e os conflitos políticos, armados ou não, relacionados ao processo de separação entre os Reinos de Portugal e Brasil durante a década de 20 do século XIX, mesmo porque muitos já o fizeram com maior propriedade<sup>2</sup>. Cabe, entretanto, recuperar alguns pontos do, por tantas vezes já chamado, “movimento da independência” para melhor compreendermos o estabelecimento de suas balizas cronológicas e marcos de referência.

Circunscrever a separação política entre Portugal e Brasil aos episódios mais imediatos ao 7 de setembro e ao 2 de julho seria limitar a compreensão de um processo histórico mais amplo e complexo, que se desenrolava desde meados dos setecentos relacionado à (re)construção do Império português em novos termos (OLIVEIRA, 1995a; 2020). Nesse momento, a Coroa portuguesa voltou-se tanto para o incremento da produção colonial quanto para a promoção de

---

<sup>2</sup> A Independência é tema amplamente discutido na historiografia brasileira desde o século XIX. Indica-se como referências para este artigo: a coletânea organizada por István Jancsó (JANCÓS, 2005), as obras de Cecília Helena de Salles Oliveira (OLIVEIRA, 2020 e 2022); além do livro de João Paulo Pimenta (PIMENTA, 2022).

mecanismos de integração de membros de grupos nascidos e radicados na América Portuguesa à estrutura político-administrativa imperial, o que acabou por ensejar tanto o fortalecimento desses grupos no âmbito local quanto tensões entre setores estabelecidos nas diversas paragens imperiais. Tensões essas consubstanciadas, por exemplo, nos movimentos de contestação ao regime ocorridos nas Minas Gerais (1789) e na Bahia (1798) que, entretanto, não devem ser considerados como prévias de uma futura independência de um Estado-nação Brasil, ente político que a esta altura ainda não existia e que, portanto, não poderia servir de referencial de pertencimento para os envolvidos.

Outros marcos, tradicionalmente citados quando se fala do processo de independência, são a transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808 e a consequente abertura dos portos às nações amigas com a inversão do “pacto colonial” (NOVAIS, 2011), bem como a elevação do Brasil à categoria de reino, unido ao Reino Unido de Portugal e de Algarves. Além destes, ganham destaque também os desdobramentos da Revolução Liberal do Porto de 1820, relacionados ao movimento vintista português, ao estabelecimento das Cortes Constituintes da Nação Portuguesa e à volta da família real ao Reino de Portugal. Assim, em 1821, quando da volta de D. João VI a Portugal, ficou aqui D. Pedro de Alcântara, na qualidade de regente nomeado pelo pai, posição essa que o príncipe vai ter de lutar para ver reconhecida em terras americanas ao longo dos anos de 1821 e 1822 (BITTENCOURT, 2009).

Embora a transferência da Corte portuguesa para terras americanas (1808) suprima o estatuto colonial e promova o reordenamento das esferas de comunicação e poder entre o novo centro estabelecido no Rio de Janeiro e as demais partes do Império português, bem como a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido (1815) chancele a emancipação do território português americano com relação a Lisboa e sejam considerados importantes nas análises sobre o processo de Independência do Brasil, os acontecimentos transcorridos entre os anos de 1821 e 1823, dada a dramaticidade na qual estão

revestidos, ganharam grande relevo na bibliografia mais tradicional<sup>3</sup> sobre o tema, escrita principalmente entre meados do século XIX e início do XX. Também é na década de 20 dos oitocentos que o termo *brasileiro* vai ganhando conteúdo político nos debates oficiais e na imprensa e os *factos* relacionados à separação, tais como os conflitos armados e as declarações inflamadas, parecem mais evidentes.

Em meio a essas lutas e disputas políticas e armadas foi se configurando a oposição entre *brasileiros* e *portugueses*, bem como a retórica da luta de independência como única alternativa para impedir a *recolonização* do Reino do Brasil e a manutenção da unidade territorial herdada do passado português. Essas ideias-força, em construção desde a década de 1820, serão retomadas, formuladas e reformuladas nas imagens (escritas e pictóricas) e nos monumentos que, ao longo dos séculos XIX e XX, vão configurar uma dada memória e um certo imaginário (OLIVEIRA, 1995b) acerca da Independência do Brasil e da Independência do Brasil na Bahia, tomados como marcos fundadores da nacionalidade.

Os acontecimentos que antecederam o 7 de setembro de 1822 remetem ao início de 1821, quando manifestações de rua ocorridas em Belém, Salvador e Rio de Janeiro exigiram a adesão das autoridades locais à Revolução Liberal do Porto e à futura Constituição que as Cortes Constituintes da Nação Portuguesa elaborariam, indicando a vinculação prévia de grupos políticos locais com grupos liberais de Portugal. Deve-se, todavia, ressaltar que mesmo nessas províncias, projetos e aspirações relacionados à emancipação ou independência do Brasil eram múltiplos e podiam ou não considerar a separação.<sup>4</sup> Fosse na Corte do Rio de Janeiro ou nas demais províncias, antagonismos e conflitos estavam mais relacionados às vinculações políticas e aos interesses econômicos dos envolvidos do que ao lugar de nascimento ou a algum tipo de sentimento de pertencimento à nação.

3 A título de exemplo, visto que foge ao escopo desse artigo analisar a versão acerca da Independência elaborada por cada um desses autores, podemos citar as obras do Visconde de Cairu (CAIRU, 1827), de Francisco Adolfo de Varnhagen (VARNHAGEN, 2010) e de Manuel de Oliveira Lima (LIMA, 1922). Sobre a História da Independência na Bahia, consultar a obra de Braz Hermenegildo do Amaral (AMARAL, 2005).

4 Múltiplos projetos de nação, em pauta na década de 1820, foram analisados nas obras de Cecília Helena de Salles Oliveira e de João Paulo Pimenta, citadas.

Outros incidentes, a influir nas imagens acerca do processo de separação entre Portugal e Brasil dizem respeito aos conflitos armados na Praça do Comércio, quando da eleição dos deputados ao Rio de Janeiro, que seguiriam para as Cortes, e a partida do Rei para Portugal, ambos ocorridos em abril de 1821. Em outubro de 1821, os decretos das Cortes que ordenavam a volta de D. Pedro a Portugal e estabeleciam novo regime administrativo e militar para as Províncias do Reino do Brasil, transferindo o centro decisório novamente para o Reino de Portugal, acirrariam ainda mais os ânimos nas diversas províncias americanas. Os desdobramentos desses decretos propiciaram os acontecimentos relacionados ao *dia do Fico* (janeiro de 1822), à expulsão das tropas portuguesas estacionadas no Rio de Janeiro (fevereiro de 1822) e ao estabelecimento do general Madeira de Melo no governo militar da Bahia, acrescentando novos e dramáticos capítulos à história da Independência do Brasil.

A partir do *Fico*, periódicos e panfletos patrocinados pela regência passaram a apresentar os conflitos políticos em pauta nas províncias do Sul, especialmente no Rio de Janeiro, em termos de uma oposição entre brasileiros defensores da independência e portugueses recolonizadores (OLIVEIRA, 2020, p. 171), embora a opção pela separação não fosse consensual e, muito provavelmente, sequer majoritária em nenhuma província do Reino Unido do Brasil. Daí a necessidade de D. Pedro de promover viagens e uma política de alianças, angariando apoios não só em São Paulo e Minas Gerais, mas também na Bahia e em Pernambuco, a fim de ter uma base maior de apoio quando, em junho de 1823, convocou uma Assembleia Legislativa no Rio de Janeiro. A convocação da Assembleia indicava rompimento definitivo com as Cortes Constituintes de Lisboa, embora, na interpretação corrente sobre o processo de Independência, a declaração do 7 de setembro às margens do Ipiranga ganhe relevo, quando o Regente retornava de viagem a São Paulo realizada justamente com vistas a fortalecer apoios nessa província (MEDICCI, 2013).

No momento em que ocorreu, o 7 de setembro não foi destacado ou sequer amplamente divulgado pelos envolvidos, inclusive o próprio D. Pedro, que

não citou o acontecimento nas proclamações e decretos dos dias seguintes, nem mesmo na *Proclamação aos paulistas* de 8 de setembro (LYRA, 1995). Já o lema *independência ou morte* foi prontamente adotado. Assim, nos dias que se seguiram, foi mais intensa a movimentação em torno da aclamação do novo imperador a ocorrer em 12 de outubro, dia do aniversário do futuro Pedro I, amplamente divulgado na imprensa, comemorado nas ruas e praças do Rio de Janeiro e assimilado à fundação do *Império do Brasil*.

Propondo a análise da dimensão simbólica atribuída ao 7 de setembro ao longo do tempo, Lyra chama a atenção para a ausência do *grito do Ipiranga* como sinônimo de proclamação da Independência nos registros de época, apontando, assim, para a necessidade de se refletir sobre os condicionantes políticos que, ao longo do tempo, foram elevando esse evento à categoria de marco fundador da nacionalidade brasileira (LYRA, 1995, p. 174). O que teria ensejado, então, a transformação desse evento em baliza fundadora com forte presença no imaginário acerca da Independência? Por que foi constantemente rememorado e reinterpretado, tanto durante os processos de escrita da História do Brasil quanto nas imagens mais comuns acerca do movimento que levou à separação política entre Portugal e Brasil, os quais foram veiculados em bancos escolares, imprensa e comemorações cívicas?

Somente em maio de 1823, durante a abertura da Assembleia Constituinte, o imperador D. Pedro afirmaria ter sido obra sua a decisão de romper os vínculos com Portugal, por meio de proclamação no sítio do *Piranga*, como então se dizia; mesmo assim, a fala do Imperador não teve grande repercussão nesse momento (LYRA, 1995, p. 189).

Partindo de documentação muito semelhante e seguindo os mesmos parâmetros cronológicos apontados por Lyra, H. Kraay (2010) propõe outra interpretação acerca da transformação do *grito do 7 de setembro* em marco da fundação do Império do Brasil, ao ressaltar a rapidez com que o processo teria ocorrido, ao menos no Rio de Janeiro. Ademais, ainda em 1823, além de citar a proclamação do Ipiranga durante a abertura dos trabalhos da Assembleia, o



7 de setembro teria sido comemorado nas ruas do Rio de Janeiro com paradas militares e eventos cívicos que, entretanto, não repercutiram na imprensa da época da mesma forma que o 12 de outubro, veiculado pela imprensa e amplamente comemorado com festas e promoções militares.

Também um pedido feito por políticos paulistas na Assembleia de 1823, evocando o 7 de setembro como momento fundador do Império digno de ser comemorado, parece não ter surtido muito efeito. Dessa forma, até pelo menos 1825, o 7 de setembro permaneceu em segundo plano com relação ao 12 de outubro; nesse ano a data do grito coincidiu com o anúncio do reconhecimento do Brasil enquanto Estado independente pela Grã-Bretanha e por Portugal e D. Pedro I acabou por aproveitar a ocasião para promover grande parada e, teatralmente, retirar o emblema *Independência ou morte*, que usava no braço desde 1822 (KRAAY, 2010, p. 56). O 7 de setembro permaneceu atrelado ao 12 de outubro até pelo menos o início dos anos 1830, quando o processo que levou à abdicação de D. Pedro enfraqueceria as imagens em torno da aclamação do imperador como marco fundador da nação.

Destarte, foi principalmente a partir de 1825, em meio aos questionamentos relacionados ao reconhecimento da Independência do Brasil, por parte de Portugal e da Grã-Bretanha, que a memória do 7 de setembro como marco da Independência começou a ser construída na imprensa, na obra de cronistas e viajantes e nos próprios debates parlamentares. No ano seguinte de 1826, a lei de 9 de setembro incluía o 7 de setembro no calendário cívico de festividades nacionais (ao lado do *Fico* em 9 de janeiro, do juramento da Constituição em 25 de março de 1824, da abertura da Assembleia constituinte em 3 de maio e da aclamação do 12 de outubro) (LYRA, 1995, p. 194-197). Nesse mesmo ano de 1826, foi publicado o relato do Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, membro da comitiva que acompanhava D. Pedro I na viagem a São Paulo quando da proclamação, respaldando com ares de testemunho fidedigno a idealização do ato da ruptura com Portugal no sítio do Ipiranga, em 7 de setembro, por inspiração do Imperador D. Pedro I. Posteriormente, escrita entre os anos de 1827 e 1830, a obra de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, *História*

dos principais sucessos do Império do Brasil, retomaria a jornada de São Paulo e o brado do Ipiranga enquanto momentos chave do processo de Independência sob a égide de Pedro, consolidando essa narrativa.

Membro do grupo de agentes político-administrativos envolvidos no movimento do reformismo ilustrado português, Silva Lisboa atuou nos governos de D. João VI e de D. Pedro, além de ocupar o posto de senador, quando escreveu sua versão da Independência. Segundo indicações de Oliveira (2009), a *História* de Cairu foi encomendada pelo próprio D. Pedro em 1825, momento em que o Imperador sofria forte oposição na Câmara dos Deputados e na Imprensa. Apresentando-se como relato fiel dos acontecimentos, a obra teria servido tanto de inspiração para o famoso quadro de Pedro Américo, *Independência ou morte*, quanto de fonte para a construção de uma “memória cuidadosamente cultivada” sobre a fundação do Império, ligando a Independência à separação de Portugal, sob a direção de D. Pedro e de grandes figuras cuja ação teria garantido a unidade e a ordem social necessárias para a continuidade do processo iniciado em 1808 (OLIVEIRA, 2009, p. 22-30). Dessa maneira, um agente diretamente ligado aos acontecimentos que narrava e ao Imperador começou a conformar uma versão sobre o 7 de setembro que, embora não fosse a única em pauta, marcaria as interpretações sobre o movimento durante o século XIX e início do XX.

Enquanto isso, na Província da Bahia, também desde 1821, transcorria um movimento revolucionário de adesão às Cortes Constituintes da Nação Portuguesa e de questionamento sobre a vinculação dessa província à Corte do Rio de Janeiro; mesmo porque, nesse momento, voltar a vincular-se diretamente a Lisboa poderia significar para as elites econômicas baianenses abster-se do pagamento de uma série de impostos voltados ao estabelecimento da Corte na América, além de oferecer novas oportunidades de participação política, diante da substituição do *antigo regime* por um governo de tipo constitucional.

Todavia, a cronologia da *Independência do Brasil na Bahia* obedece a um outro ritmo e, ao longo dos processos de escrita dessa história e do estabelecimen-

to de imagens a ela vinculadas, marcos próprios foram sendo estabelecidos, ligados ao cerco e guerras então empreendidas entre os anos de 1822 e 1823.

Tanto na historiografia mais tradicional a respeito dos desdobramentos da guerra de Independência na Bahia, estabelecida principalmente pelos escritos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e nas obras de Braz do Amaral, quanto no senso comum dos baianos, os acontecimentos relacionados ao 2 de julho de 1823 são considerados a *verdadeira* independência do Brasil, visto que foi conquistada por meio de uma guerra e dos sacrifícios de baianos que, auxiliados por patriotas vindos do Rio de Janeiro e Pernambuco, expulsaram definitivamente o português recolonizador do solo nacional.

Tomado como fato fundador da nacionalidade, por ação do povo da Bahia, o 2 de julho alcançou foros de mito de criação da baianidade (REIS; SILVA, 1989). Depois da adesão da Câmara de Salvador ao movimento vintista, chegou à capital da província, em fevereiro de 1822, o novo governador de armas nomeado pelas Cortes Constituintes da Nação Portuguesa, o brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, com jurisdição para agir independentemente das Juntas Provinciais de Governo e ligado diretamente às autoridades lisboetas. A esta altura, na Bahia, também a Junta de Governo se mantinha atrelada ao vintismo português, prestando contas às Cortes Constituintes e ainda não reconhecia o governo do Príncipe Regente D. Pedro. Outrossim, isso não significa que houvesse unanimidade com relação a projetos relacionados à separação ou não do Reino Unido do Brasil ou da Província da Bahia com relação à mãe-pátria portuguesa.

Logo de início, houve resistência com relação à posse de Madeira de Melo, o que levou à deposição e prisão do brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, governador de armas anterior a Madeira de Melo que perdeu o apoio da junta de governo provisória eleita em 31 de janeiro de 1822. Entre os dias 18 e 21 de fevereiro, seguiram-se conflitos armados, mortes e fuga de parte da população de Salvador para o Recôncavo, principalmente daqueles que aí tinham família e propriedades (TAVARES, 2012). Assim, a posse de Madeira de Melo e o estabelecimento da autoridade nomeada pelas Cortes de Lisboa

na Bahia já inicia sob a égide da “guerra” e da ocupação militar que, em 20 de fevereiro, vitimava uma de suas principais mártires, Sórora Joana Angélica, abadessa do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, morta ao tentar impedir a entrada de partidários de Madeira no claustro.

A esta altura, ainda não se expressavam em panfletos e declarações intenções de separar a Bahia ou o Brasil de Portugal. Todavia, nos meses seguintes de março e abril, grupos favoráveis ao reconhecimento da autoridade de D. Pedro ganharam adeptos na Província da Bahia e grande número de soteropolitanos e desertores das tropas de primeira e segunda linhas abandonaram a capital em direção ao Recôncavo para, então, reorganizar a resistência aos portugueses. Ao final de maio de 1822, uma comissão de baianos apoiadores de D. Pedro foi recebida pelo Regente que, em resposta, enviou uma Carta Régia a Madeira de Melo, ordenando seu embarque imediato para Portugal e divulgou uma proclamação ao povo da Bahia, conclamando-o a aderir à causa do Brasil. Mesmo assim, foi somente em 25 de junho que a Câmara da Vila de Cachoeira aclamou D. Pedro como Regente e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil, expulsando tropas portuguesas aí estacionadas e formando, no dia seguinte, a Junta Interina, Conciliatória e de Defesa que atuou de forma a angariar a adesão das vilas vizinhas para a causa do Príncipe. Tavares considera esse o momento do início da Guerra de Independência na Bahia. Alguns dias depois, esta Junta seria substituída por uma Comissão administrativa de Caixa Militar, a qual foi encarregada de organizar todas as vilas do Recôncavo, agora unidas no apoio a D. Pedro, na guerra contra os portugueses sediados na capital (TAVARES, 2012).

Embora os primeiros conflitos armados tenham ocorrido em Salvador em fevereiro de 1822, pode-se dizer que de fins de junho de 1822 a 2 de julho de 1823 viver-se-ia quase um ano em situação de guerra declarada entre as tropas portuguesas estacionadas em Salvador e o chamado exército pacificador, organizado a partir do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. Esse período esteve marcado por tratativas políticas com vistas a angariar apoios ao pro-

jecto de separação de Portugal, tal como o estabelecimento de um Governo Geral para a província da Bahia, chamado de *Conselho Superior Interino de Governo*, entre 21 de agosto e 6 de setembro de 1822 em Cachoeira, contando com representantes de 17 vilas. Também se intensificaram no período ações ligadas ao cerco à Salvador, que acabou por interromper o fornecimento de víveres para a cidade, especialmente farinha de mandioca, e ações propriamente militares. Dentre estas, destacam-se a chegada de tropas enviadas do Rio de Janeiro sob o comando do General Labatut, que reorganizaria as tropas locais, as Batalhas de Pirajá (8 de novembro de 1822) e da Ilha de Itaparica (janeiro de 1823), o combate naval do 4 de maio, liderado por Lord Cochrane, também enviado por D. Pedro, a deposição e prisão de Labatut e a reorganização do Exército por Lima e Silva. Novos combates ocorreriam em 2 de junho até a saída das tropas portuguesas de Salvador, formadas por cerca de 4.500 homens, nas primeiras horas do 2 de julho de 1823. Na sequência, as tropas do exército pacificador, compostas por cerca de 8.600 homens, entrariam em Salvador sem provocar nenhum tipo de conflito armado, no momento.<sup>5</sup>

A narrativa dos sucessos da guerra de Independência na Bahia marca a escrita da história dessa região, bem como a memória sobre seu passado, como salientaram João José Reis e Eduardo Silva, “a Bahia tem a personalidade de um país e o Dois de Julho é o seu principal mito de origem.” (REIS; SILVA, 1989, p. 79).

A própria letra do Hino ao 2 de julho, tornado hino oficial do Estado da Bahia em 2010, é atribuída a um então jovem militar, depois literato, participante das guerras pela Independência na Bahia, Ladislau dos Santos Titára, autor também do épico *Paraguassu: Epopeia da Guerra da Independência na Bahia*. Canta o Hino ao 2 de julho em suas três primeiras estrofes:

Nasce o sol a 2 de julho  
Brilha mais que no primeiro  
É sinal que neste dia  
Até o Sol, até o Sol é brasileiro

<sup>5</sup> Narrativa pormenorizada do desenrolar do cerco a Salvador, da organização da resistência ao general Madeira de Melo e da oposição ao governo estabelecido em Salvador encontra-se em Luís Henrique Dias Tavares, *Independência do Brasil na Bahia* (TAVARES, [1977], 2012).

Nunca mais, nunca mais o despotismo  
Regerá, regerá nossas ações  
Com tiranos não combinam  
Brasileiros, brasileiros corações  
Com tiranos não combinam  
Brasileiros, brasileiros corações

Cresce, ô filho de minha alma  
Para a pátria defender  
O Brasil já tem jurado  
Independência, independência ou morrer  
[...].

Tanto o *Hino* quanto *Paraguassu*, produzidos por um homem envolvido diretamente nos acontecimentos dos anos de 1822 e 1823, informaram narrativas relativas às guerras de Independência na Bahia desde o século XIX, bem como influenciaram a elaboração de imagens e da memória dos baianos acerca do acontecimento. Ao mesmo tempo que ressalta a luta da Bahia contra o despotismo, a letra do *Hino* declara também sua adesão à causa do Brasil, ecoando inclusive as palavras do grito e do *Hino da Independência*, escrito em 1822 pelo jornalista e político, diretamente ligado ao movimento da Independência no Rio de Janeiro, Evaristo da Veiga<sup>6</sup>:

Brava gente brasileira,  
Longe vá, temor servil  
Ou ficar a pátria livre,  
Ou Morrer pelo Brasil

Assim, desde a expulsão das tropas portuguesas, unia-se o destino da Bahia ao do Brasil, nos discursos políticos, nas narrativas de caráter histórico ou não, nas narrativas inscritas nos eventos cívicos e nas comemorações relacionadas ao processo de separação entre Portugal e Brasil, à altura definitivamente reconhecida como *Independência*.

<sup>6</sup> Num primeiro momento, Evaristo da Veiga intitulou seu escrito de *Hino Constitucional Brasiliense*, posteriormente, a letra recebeu partitura elaborada pelo próprio D. Pedro.

O 2 de julho está muito presente no imaginário popular da Bahia até hoje, sendo conhecido e considerado pela maior parte dos soteropolitanos e dos baianos como o momento da *verdadeira* independência do Brasil. Imagem semelhante foi divulgada durante o século XX, em obras historiográficas hoje consideradas clássicas e referenciais sobre o tema, elaboradas principalmente por dois autores, que, ademais, também consideram o 2 de julho um momento fundador da nação, na Bahia. São eles Braz Hermenegildo do Amaral e Luís Henrique Dias Tavares.

Em *Ação da Bahia na obra de Independência Nacional* e em *História da Independência na Bahia*, escritas por ocasião do centenário da Independência na Bahia, Braz Hermenegildo do Amaral, médico de formação que assume o papel de historiador da Bahia, politicamente engajado na defesa dos interesses de seu estado natal (LEITE, 2013), propôs uma releitura da História da Independência, na qual a Bahia ganhou centralidade em detrimento do relevado ao 7 de setembro e aos desdobramentos do processo de separação no Rio de Janeiro e em São Paulo:

[...] houve no Brasil um lugar em que a independência custou sangue e sério esforço e foi conquistada de um modo que honra o povo brasileiro.

O vivo desejo de fazer da independência uma propriedade patriótica do Rio de Janeiro e de S. Paulo, levou os interessados a dar aquela festividade um cunho demasiado particularista, apagando o trabalho e o sacrifício de outros que também contribuíram para levar a cabo a grande obra da libertação em diversos pontos do território brasileiro.

[...] dia 7 de Setembro, o qual se constituiu apenas com uma frase pronunciada pelo príncipe regente, filha de um daqueles impulsos a que era tão sujeita o seu temperamento. (AMARAL, 2005, p. 9-10)

Ao longo de um breve texto de 10 páginas que serve de introdução a uma coletânea de documentos relacionados à participação da Bahia no processo de Independência do Brasil, Amaral também a ligará aos movimentos contestatórios de Minas Gerais (1789) e da Bahia (1798) e ao início do processo de separação entre Portugal e Brasil ligado aos atos do Príncipe D. João em 1808, quanto aportou em Salvador e aí declarou a abertura dos portos antes de seguir ao Rio de Janeiro. Em *Ação da Bahia na Obra de Independência*, o autor declara ainda que o *fato culminante da Independência* se deu na Bahia, com participação, luta e sofrimento do *povo*, ausente das paragens do Ipiranga em 7 de setembro (AMARAL, 2005). Além de sócio-fundador do IGHB, Braz do Amaral também fez parte do corpo médico que acompanhou as tropas oficiais contra Canudos e veio a ser eleito deputado federal pela Bahia por três vezes, entre as décadas de 1920 e 1930, estando também ele fortemente ligado às disputas políticas e à escrita da História de sua terra natal. Sua obra, escrita no período das comemorações do centenário da Independência, confere aparência acabada à imagem que já ecoava no imaginário baiano, de que a verdadeira independência do Brasil ocorreu na Bahia, máxima que se ouve nas ruas de Salvador até hoje, no momento das comemorações do 2 de julho.

Tais imagens e máximas serão retomadas e reformuladas por Luís Henrique Dias Tavares, historiador de formação e professor de História do Brasil, na Universidade Federal da Bahia, em *Independência do Brasil na Bahia*, obra em que uma sutil diferença no título, com relação à *História da Independência na Bahia*, de Amaral, aponta para a consolidação da relação estabelecida entre o processo que levou ao 2 de julho de 1823 e a fundação da nação brasileira.

Dessa forma, se não é possível para esses autores negar o papel do 9 de janeiro e do 7 de setembro de 1822 no processo da independência brasileira, quando analisam o 2 de julho de 1823, a Bahia vai ser colocada no lugar de mãe e berço do Império cujo solo foi banhado pelo sangue dos seus filhos em luta contra os portugueses tiranos. O 2 de julho é, assim, estabelecido como



marco fundamental e gerador, “data magna da Bahia e, por conseguinte, do Brasil”, nas palavras de Tavares (2012, p. 218), momento e local em que a verdadeira Independência aconteceu.

### *Rememorar a Independência: comemorações e monumentos*

Tanto o 7 de setembro de 1822 quanto o 2 de julho de 1823 se tornaram, ao longo do tempo, os acontecimentos mais visíveis de processos históricos que não se limitaram à declaração da separação de Portugal ou à retirada das tropas portuguesas do território do Brasil. Por outro lado, há que se considerar que também a delimitação dessas balizas consideradas fundadoras da nacionalidade brasileira foi resultado de disputas políticas e de debates historiográficos que se desenrolaram em contextos históricos específicos que, por sua vez, também se alteraram ao longo dos 100 anos que medeiam os acontecimentos e as comemorações dos seus centenários.

Embora não se pretenda aqui retomar todo o percurso da escrita da História da Independência do Brasil e da História da Independência do Brasil na Bahia, os referenciais citados acima indicam como a história, a política e a memória estão intrinsecamente ligadas no momento da construção de narrativas relacionadas aos mitos fundadores da nação.<sup>7</sup> Por outro lado, a instituição de marcos cívicos e a monumentalização dos lugares das independências também viriam a enfatizar essas narrativas.

Já em 1823, deputados pela província de São Paulo à Assembleia Constituinte, que viria a ser fechada meses depois por D. Pedro, propuseram a construção de um monumento no Ipiranga a fim de se demarcar o local da proclamação da Independência. Esse projeto não se concretizou, mas foi retomado em 1825 por autoridades provinciais e municipais que, em 12 de outubro, em solenidade para a qual acorreram muitos populares, demarcaram o lugar do

---

<sup>7</sup> Sobre a escrita de narrativas sobre a independência do Brasil e os vínculos entre essas obras, a política e a memória, conferir o artigo de Izabel Marson (2007), *O Império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica*.

grito com a pedra fundamental de um futuro monumento que seria esboçado em papel no ano seguinte (OLIVIERA, 1997). Também foi em 1826 que o 7 de setembro passou a figurar no calendário cívico nacional, sendo que no ano anterior ultimaram-se as tratativas para o reconhecimento da Independência do Brasil junto a Portugal e à Inglaterra, e se veiculava o primeiro relato sobre a declaração do Ipiranga, de autoria do padre Belchior Pinheiro de Oliveira:

O Príncipe mandou-me ler alto as cartas trazidas por Paulo Bregaro e Antônio Cordeiro. Eram elas: uma instrução das Cortes, uma carta de D. João, outra da Princesa, outra de José Bonifácio e ainda outra de Chamberlain, agente secreto do Príncipe. As Cortes exigiam o regresso imediato do Príncipe, a prisão e processo de José Bonifácio; a Princesa recomendava prudência e pedia que o Príncipe ouvisse os conselhos do seu Ministro; José Bonifácio dizia ao Príncipe que só havia dous caminhos a seguir: partir para Portugal imediatamente e entregar-se prisioneiro das Cortes [...] ou ficar e proclamar a Independência do Brasil [...] D. Pedro, tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papéis [...] O Príncipe, diante de sua guarda [...] desembainhou a espada e disse: ‘Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil’. ‘Juramos’, respondemos todos. D. Pedro embainhou a espada, no que foi imitado pela guarda, pôs-se a frente da comitiva e voltou-se, ficando em pé nos estribos: ‘Brasileiros, a nossa divisa de hoje em diante será Independência ou Morte!’. (CINTRA, 1921, p. 211-13)

Também o monumento esboçado em 1826 não foi levado a cabo. Somente a partir da década de 1880 efetivaram-se movimentações nesse sentido, quando foi criada uma comissão a fim de promover as obras de um monumento no sítio do Ipiranga. Vivia-se um momento conturbado da História do Império, em que o próprio 7 de setembro e uma dada memória a seu respeito vinham sendo questionados.

Desde a década de 1860 assistia-se a um movimento que visava registrar em suportes materiais dados oriundos de escritos e de tradições orais a fim de que personagens e acontecimentos pudessem ser apreendidos e rememorados, direta e imediatamente, por qualquer cidadão. Assim, por ordens do governo imperial, durante a década de 1880, foi encomendada a construção do Edifício Monumento do Ipiranga, bem como a enorme tela que viria a adornar seu salão nobre nos anos seguintes, *Independência ou morte*, de Pedro Américo. Dessa forma, o monumento “[...] celebrava, em momento histórico marcado por profunda reavaliação da monarquia, a positividade do Império e projetava uma leitura renovada da história do Brasil por consolidar a imagem de que vínculos indissolúveis atrelavam os destinos nacionais aos destinos de São Paulo” (OLIVEIRA, 1997, p. 160).

Dessa forma, a demarcação do sítio do Ipiranga com uma obra monumental viria a marcar definitivamente a memória e o imaginário acerca do processo de separação entre Portugal e Brasil. Assim, ligou-se o momento de fundação da nação à história de formação de São Paulo, principalmente a partir da segunda década do século XX, quando a decoração interna do edifício-monumento foi reformulada por Afonso de Taunay, nomeado diretor do Museu Paulista, em 1917, e responsável pelas comemorações do centenário da Independência na instituição em 1922.

Encomendado ainda durante o governo imperial, o Museu Paulista, conhecido popularmente como Monumento ou Museu do Ipiranga, foi inaugurado em 7 de setembro de 1895, em inícios da República, sendo-lhe atribuída a função de museu de história natural, embora desde o início contasse com uma seção histórica e com uma de etnologia. Sendo assim, nesse momento, o lugar da *fundação* da nação passou a estar atrelado, no nível do discurso, à *refundação* do Brasil na era republicana (OLIVEIRA, 2002). Desde então o Museu virou lugar de peregrinação e festas cívicas, principalmente durante o mês de setembro e no seu dia 7, feriado nacional.

O Monumento do Ipiranga tornou-se definitivamente um Museu de história nacional, durante a gestão de Taunay, diretor da instituição entre 1917 e

1945. Estudioso da História paulista, autor, entre outras obras, da *História do Café no Brasil* e da *História Geral das Bandeiras Paulistas, escritas entre as décadas de 1930 e 1940*, envolvido com os membros do IHGB e IHGSP, Taunay, com apoio do governador Washington Luís, planejou e executou uma série de intervenções no interior do prédio que iriam fixar em suas paredes e escadarias uma dada versão da história da fundação da Nação brasileira, diretamente ligada à história da formação de São Paulo e da expansão territorial que teria sido promovida pelos *bandeirantes*.

Relacionado por casamento a tradicionais famílias paulistas que queriam ser ligadas ao passado colonial de São Paulo, Taunay contribuiu com sua obra para a construção de um mito de origem da “paulistanidade”: o do *bandeirante*. Seus livros indicavam vínculos diretos entre elites locais, muitas das quais vinham perdendo espaço frente a grupos de migrantes e imigrantes chegados entre o final do século XIX e o início do XX, e os antigos conquistadores, membros das bandeiras que teriam atuado na constituição e manutenção do território nacional. Este imaginário coletivo, ao ser construído, elevaria o paulista ligado ao passado bandeirante a um tipo de brasileiro especial, posto que tido como um dos principais motores da formação do Brasil (QUEIROZ, 1992). Nesse movimento de escrita da história paulista ligada aos destinos nacionais, Taunay representava grupos de poder regionais que viam no bandeirante um ancestral, patriarca civilizador, do qual seriam herdeiros histórica e biologicamente (CERRI, 1998). Daí a fixação dessas imagens no interior do Museu Paulista, nos monumentos espalhados pela cidade, no estabelecimento de marcos cronológicos e nas festas cívicas comemoradas nas ruas e escolas.

Embora nem tudo que fora planejado tenha ficado pronto para as comemorações da efeméride em 7 de setembro de 1922, a maior parte da decoração fixa, que até hoje existe no eixo central do Museu do Ipiranga, foi inaugurada nessa ocasião. Também o eixo monumental que leva ao *Monumento à Independência do Brasil*, localizado em frente ao Riacho do Ipiranga, feito

em granito e bronze e que serve de cripta para os despojos de D. Pedro I,<sup>8</sup> de D. Maria Leopoldina e de D. Amélia, foi inaugurado, ainda inconcluso, por ocasião das comemorações do centenário.

Dentro do edifício, no eixo central do Museu, percorre-se um trajeto que se inicia durante o período colonial e culmina com o marco fundador da nação, a proclamação da Independência. Assim, logo na entrada do Museu, vemos a apresentação de João Ramalho e de sua prole mameluca ao lado do líder indígena Tibiriçá, sogro de Ramalho. Guardando a imponente escadaria em mármore, ladeada por quadros e estátuas representativas da formação do território e de movimentos que seriam precursores da Independência, postam-se frente a frente as estátuas dos bandeirantes Fernão Dias Pais Leme e Raposo Tavares, considerados desbravadores dos sertões. Após cruzar-se a história da constituição do território nacional e de seus principais promotores, chega-se ao momento da Independência e da fundação do Império ao adentrar-se no Salão Nobre, marcado pela presença imponente do quadro de cerca de 4 por 7 metros, *Independência ou Morte*, de Pedro Américo. A tela já estava presente no Monumento-Museu desde os anos iniciais de sua fundação, mas entre 1917 e 1922 foi circundada de imagens de heróis e próceres da Independência, inclusive das *Marias* relacionadas ao movimento: D. Maria Leopoldina, representada em quadro em que segura no colo o futuro D. Pedro II cercado das princesas, suas irmãs, e de Maria Quitéria, heroína da guerra de independência da Bahia, vestida de soldado; também as duas mulheres, símbolos da presença feminina no movimento de independência, postam-se frente a frente. Circundam a decoração fixa do Salão nobre objetos pertencentes à família real e manuscritos atribuídos a José Bonifácio e a D. Leopoldina, além de madeixas desta e de outras princesas, objetos que trazem concretude à versão dos acontecimentos aí descritos e que, até recentemente<sup>9</sup>, tiveram o poder de mobilizar sentimentos patrióticos, ou de crítica aos rumos que a nação tomou, nos visitantes do espaço.

8 Os despojos de D. Pedro I só foram transferidos para esse monumento em 1972, em meio a um grande evento promovido pelo governo da Ditadura em comemoração ao sesquicentenário da Independência, articulando, mais uma vez, a memória acerca dos marcos fundadores da nação como estratégia de legitimação do regime e de ações políticas do momento.

9 Quando da redação deste artigo, o Museu Paulista estava fechado à visitação pública, desde 2013 o prédio e seu acervo passaram por uma série de reformas e restauros, não houve tempo hábil para verificar possíveis alterações na disposição do acervo.

Dessa forma, Taunay transformou definitivamente o Museu do Ipiranga em um museu de história nacional, um *lugar de memória* (BREFE, 2002-2003) voltado à construção e preservação de uma dada versão da História da fundação da Nação que alçava São Paulo, em cuja história também se interessava e sobre a qual escreveu<sup>10</sup>, no cenário político e na escrita da história nacionais.

Também a história da presença da Bahia na fundação da nação seria monumentalizada, a partir das décadas finais do século XIX, chegando às comemorações do centenário da Independência do Brasil na Bahia, termo consolidado no imaginário baiano sobre o 2 de julho nos dias de hoje. Assim, foi no movimento de monumentalização, portanto, de rememoração do passado, que o monumento dedicado ao dia 2 de julho, localizado no centro do Largo do Campo Grande, foi confeccionado.

Na Bahia, as comemorações do 2 de julho, entendido enquanto momento fundador da nação, ocorreram desde a década de 20 do século XIX, contando com a presença tanto de autoridades quanto de populares e se organizando como uma espécie de representação coletiva da sociedade baiana, na qual os soteropolitanos se faziam representar segundo a origem nacional, a classe e a raça (KRAAY, 1999). Nenhuma outra festa cívica na Bahia imperial e de começos da República superou o 2 de julho ao longo do tempo, a data é comemorada principalmente nas cidades de Cachoeira e em Salvador e tornou-se feriado estadual, todavia, ausente do calendário nacional de festas cívicas.

Durante todo o período imperial, bandos de mascarados saíam pelas ruas de Salvador, nos dias finais de junho, a fim de anunciar a festa, embora essa prática tenha diminuído com o passar do tempo, principalmente durante o período republicano, pois passou a ser assimilada a ocasiões promotoras de desordens públicas. Continuou a ocorrer esporadicamente, inclusive contando com o carro do caboclo e demais símbolos produzidos para o cortejo do 2 de julho (ALBUQUERQUE, 1999, p. 53-87).

---

10 Além de produzir as obras citadas acima, em sua gestão Afonso de Taunay incrementou o acervo do Museu que dirigia com uma série de mapas, pinturas e até mesmo uma maquete da Cidade de São Paulo, no período colonial, com vistas a fortalecer sua versão da História de São Paulo ligada à formação do Brasil.

Desde 1824 um ritual se repetia: o cortejo saía do bairro da Lapinha e seguia até o Terreiro de Jesus, no Pelourinho, refazendo o trajeto da entrada das tropas brasileiras em Salvador depois da retirada das tropas portuguesas. A figura do Caboclo, principal símbolo da nacionalidade na festa do 2 de julho, passou a fazer parte das comemorações já em 1826, quando uma carreta tomada aos portugueses durante a batalha de Pirajá foi adornada com folhas de café, fumo e cana, símbolos das riquezas nacionais e baianas, e sobre ela foi colocado um homem descendente de indígenas, substituído nos anos posteriores por uma escultura que simbolizava a *raça brasileira*, um caboclo. Um novo carro encimado com uma cabocla que remetia à índia Catarina Paraguassu, esposa de Diogo Álvares Caramuru, foi incorporado ao cortejo em 1840 (ALBUQUERQUE, 1999, p. 89-110). Desde então, a população que segue o cortejo reverencia os caboclos como espécies de santos, inclusive fazendo pedidos e agradecendo por benefícios alcançados.<sup>11</sup> Segundo indicações de Albuquerque, depois de realizadas as festas oficiais, a festa popular adentrava a noite, tanto em ambientes voltados para as famílias soteropolitanas quanto nos bairros populares de Salvador, onde, aliás, o 2 de julho poderia acontecer também em outras épocas do ano!

A partir de 1895, o cortejo passou a seguir até o Largo do Campo Grande, onde foi erguido um monumento comemorativo dos acontecimentos de 1822-1823 na Bahia, num lugar que à época era considerado uma das regiões mais elegantes da cidade. Note-se que o monumento ao 2 de julho foi erguido no mesmo ano da inauguração do palácio-monumento do Ipiranga, seguindo concepções republicanas em voga relativas à necessidade de educar e civilizar os povos, por meio da rememoração e materialização do passado, consubstanciadas em monumentos e em celebrações cívicas. Confeccionado em mármore e bronze, trata-se de um majestoso conjunto esculpido na Itália, cujo ponto central é a figura de um índio ou caboclo de cerca de 4 metros de

11 Além das referências à assimilação entre os caboclos e os santos e entidades do candomblé presentes na religiosidade baiana constante da historiografia a respeito, faço essa afirmação por experiência pessoal, vivenciada no ano de 2013, quando acompanhei o cortejo entre a Lapinha e o Terreiro de Jesus.

altura que se sobreleva de um pedestal de mármore e uma coluna de bronze, chegando a um total de mais de 25 metros de altura. O Caboclo, armado de arco e flexa, esmaga com os pés a *serpente da tirania portuguesa*; a decoração em torno do pedestal faz alusão à Catarina Paraguassu, à própria Bahia e às principais batalhas e personagens da Guerra de Independência, sem se esquecer, mas colocando-o em plano secundário, o lema *Independência ou morte*.

Um dos objetivos dos idealizadores desse monumento seria desviar a atenção da população do culto dos carros alegóricos do Caboclo e da Cabocla, substituindo-os por formas então consideradas mais *civilizadas* de comemoração de data cívica tão importante. Ressalte-se que isso nunca aconteceria, convidando a festa extremamente popular (carnavalizada e africanizada) com a comemoração cívica que se queria organizada, patrocinada por autoridades públicas e pela gente de prol da sociedade local (ALBUQUERQUE, 1999, p. 89-110). Era essa também a postura adotada por membros do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), fundado em 1894, mesmo ano da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), ambos empenhados em, a partir do fomento à escrita de uma história regionalista, alçar seus estados respectivos no plano nacional por meio de sua vinculação a um passado relacionado aos marcos fundadores da nação.

Anos depois, em 1923, no período das comemorações do centenário da Independência na Bahia, o IGHB iria tomar como tarefas principais tanto a preservação da memória histórica da Bahia, como também servir de espaço onde o Estado e as elites locais pudessem divulgar as potencialidades econômicas e a vocação política baianas, assentadas em seu passado. Para assim se afirmar, fundaram a Casa da Bahia, nova sede do instituto inaugurada a 2 de julho com vistas a marcar presença, cada vez maior, nas comemorações cívicas relacionadas à Independência, alçando a data regional a um patamar que se queria nacional (LEITE, 2011). Procedimento semelhante tinha sido adotado por Afonso de Taunay, também ligado ao seu Instituto Histórico regional e ao governo do Estado de São Paulo, com relação às comemorações do centenário da Independência representado pelo 7 de setembro.



## Considerações finais

A visibilidade que se dá ao passado, por meio de monumentos, comemorações e estabelecimento de marcos cívicos, faz parte de estratégias sociais e políticas que muito se adequam aos projetos de história voltados à construção das identidades nacionais, em curso durante os séculos XIX e XX (GUIMARÃES, 2007). Tanto em São Paulo quanto na Bahia seus institutos históricos participaram desse movimento, tornando-se lugares em que os interesses de suas elites econômicas e políticas ecoavam. Os membros, autoridades e historiadores a eles ligados também atuaram decisivamente nas tentativas de disciplinar e organizar as festas cívicas locais e de conformar uma dada memória acerca dos marcos do 7 de setembro de 1822 e do 2 de julho de 1823.

Mesmo anteriormente às comemorações dos centenários das *independências*, o cortejo do 2 de julho, organizado por autoridades públicas envolvidas com o IGHB, pretendia propor um modelo de sociedade a ser seguido, bem como modelos de conduta a serem adotados pelos participantes da festa, daí a ordem hierárquica estabelecida no cortejo que iniciava com as autoridades locais, seguidas dos acadêmicos das escolas de medicina e direito, dos associados do IGHB, das senhoritas da escola normal, dos caixeiros e dos demais organizadores; somente depois das alas organizadas e das bandas de música, seguiam os populares ao lado dos carros dos caboclos, ao menos enquanto o traslado desses símbolos foi permitido (ALBUQUERQUE, 1999, p. 53-87). Assim, a organização do cortejo refletia uma leitura da organização social pretendida pelas elites baianas na tentativa de impor à população de Salvador determinados padrões de conduta, o que não significa que tenham obtido muito êxito nessa estratégia de disciplinarização dos participantes da festa que, inclusive, viam o 2 de julho como um momento de atuação verdadeiramente popular com vistas a garantir a liberdade da Bahia e do Brasil.

A população soteropolitana continuou apropriando-se do ritual cívico ao longo do tempo, mesmo nos momentos em que a própria comemoração era excludente, pois ao assimilar a imagem do caboclo ao do primeiro brasileiro

indicava que se este não deveria ser um português, tampouco deveria ser um africano ou seus descendentes (KRAAY, 2001), grupo este que compõe a ampla maioria dos habitantes da cidade do Salvador. Apesar dessas tentativas de disciplinar e desafricanizar a Bahia e seu mito de origem principal, expresso na festa do 2 de julho, a população em geral, inclusive a afrodescendente, continuou a se apropriar da festa e a ressignificá-la ao longo do tempo.

Conforme indicações de Reis e Silva (1989), desde o período da guerra da independência na Bahia, escravizados tentaram beneficiar-se do conflito instaurado entre portugueses daqui e portugueses do Reino, elaborando noções próprias relacionadas ao discurso sobre a *liberdade* e a *tiranía*. Em 1888, quando das comemorações da abolição, símbolos relacionados ao 2 de julho foram reapropriados, especialmente o Caboclo que também acabou sendo assimilado e cultuado nos candomblés e no universo religioso da Bahia (ALBUQUERQUE, 1999, p. 89-110). Durante a década de 1920, especialmente em 1923, os carros dos caboclos deixaram de circular pela cidade durante os cortejos cívicos numa tentativa de disciplinar a festa. Todavia, a veneração ao caboclo e à cabocla continuou no pavilhão a eles destinados na Lapinha e seu culto, durante o cortejo, foi retomado nas décadas seguintes, sob novas roupagens e interpretações.

À primeira vista, as comemorações do 2 de julho parecem ser bem mais populares do que as do 7 de setembro e, na Bahia, realmente o são, dado principalmente aos aspectos religiosos e de sacralidade que o culto ao Caboclo adquiriu nessa festa. Todavia, há que se considerar também o que há de sagrado e quase religioso no culto à *Nação* realizado nas demais festas cívicas, elas mesmas transformadas em “lugares de memória”.<sup>12</sup>

---

12 Segundo Pierre Nora (1993), os “lugares de Memória” existem hoje dada a “historização da memória” e a inexistência de uma memória espontânea. Esses lugares são materiais, simbólicos e funcionais ao mesmo tempo. Dessa forma, um lugar de memória pode ser tanto um arquivo, uma biblioteca, um monumento, um museu, um cemitério, quanto uma comemoração, um calendário cívico ou a própria escrita da História, o que os constitui é o jogo entre memória e história. Cf. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*.

Segundo François Hartog, falando da experiência francesa em debate com Nora, a História Nacional é o “meio de memória” por excelência. Nas sociedades contemporâneas (consumistas, globalizadas, midiáticas), os lugares a ela ligados são vistos como entroncamentos onde se cruzam diferentes caminhos da memória, única forma das coletividades manterem algum sentimento de continuidade com relação ao um passado cuja ligação direta teria se rompido. Nos momentos e lugares das comemorações cívicas, a própria “Nação” se transformaria em patrimônio; por outro lado, o exercício de relembrar os marcos fundadores dessa nação seria expressão mesma da crise da relação estabelecida entre nossa sociedade e o tempo (HARTOG, 2013, p. 162-185).

Considerando a configuração dessas memórias coletivas no Brasil do século XX, também as comemorações do 7 de setembro na colina do Ipiranga foram muito populares até o fechamento do Museu para reformas em 2013<sup>13</sup>. Não só no dia dos desfiles e da festa cívica, mas durante todo o mês de setembro, a frequência ao Museu do Ipiranga, até então o mais visitado na cidade de São Paulo, aumentava enormemente com grupos de escolares, moradores da região que consideram a visita uma espécie de tradição familiar e turistas de outras localidades. Muitos desses visitantes eram, inclusive, levados pela lenda de que ali teriam vivido membros da família real ou o próprio D. Pedro (OLIVEIRA, 2002-2003).

No âmbito das relações de poder estabelecidas pelas forças sociais, as tentativas de manipulação da memória coletiva são importantes instrumentos de dominação. O próprio surgimento da “memória artificial escrita” estaria ligado à instalação do poder monárquico, ainda na antiguidade (LE GOFF, 2000, p. 20-21). Ademais, a “memória” é um elemento essencial das identidades coletivas, elas próprias, instrumento e objetivo de poder (LE GOFF, 2000, p. 57).

---

13 A reabertura do Edifício-Monumento ocorreu em setembro de 2022, em meio às comemorações do bicentenário da Independência do Brasil.

Dessa perspectiva, embora em cada momento da história, seja no que diz respeito ao marco fundador simbolizado pelo 7 de setembro seja naquele simbolizado pelo 2 de julho, as comunidades envolvidas nas comemorações e festas cívicas tenham feito leituras próprias acerca dos eventos que culminaram na separação política entre Portugal e Brasil e na fundação do Império, fica patente o desenrolar de um movimento que, entre o final do século XIX e o início do XX, vinculou esses marcos e os monumentos a eles relativos a dadas memórias acerca da Independência do Brasil. Muitas dessas memórias foram forjadas no jogo político em pauta e nas disputas entre grupos de poder de diversas dimensões, regionais e nacionais, aos quais também os historiadores citados estavam de alguma forma atrelados. Também se alterou ao longo do tempo os usos políticos que autoridades e grupos de poder fizeram dessa memória e do imaginário a ela relacionado, na tentativa de domesticá-la. Esses movimentos, entretanto, não limitaram a participação popular nas comemorações da Independência, tampouco impediram releituras do passado que permitissem apresentar demandas atualizadas, demonstrando que o tema da fundação da Nação mobiliza sentimentos não tão fáceis de formatar.

### Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889/1923)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

AMARAL, Braz do. *Ação da Bahia na obra da Independência Nacional*. Salvador: EDUFBA, 2005.

BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: o governo do príncipe D. Pedro de abril de 1821 a outubro de 1822*. São Paulo: FFLCH-USP, 2009.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. História Nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1822. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. ser., v. 10/11,

p. 79-103, 2002-2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/86LxPypVkJMkQFc6trq5FWFz/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

CAIRU, José da Silva Lisboa, *Visconde de, 1756-1835*. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Nacional, 1827-1830. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182900>. Acesso em: 30 out. 2022.

CERRI, Luís Fernando. NON DUCOR, DUCO: a ideologia da paulistanidade e a escola. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 115-136, 1998. Disponível em: [https://www.academia.edu/42354332/Non\\_ducor\\_duco\\_a\\_ideologia\\_da\\_paulistanidade\\_e\\_a\\_escola](https://www.academia.edu/42354332/Non_ducor_duco_a_ideologia_da_paulistanidade_e_a_escola). Acesso em: 30 out. 2022.

CINTRA, Assis. *D. Pedro I e o grito da Independência*. São Paulo: Melhoramentos, 1921.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 11-30, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/74kqkTXJNGhkmtPCSMndxJF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 nov. 2022.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*. Presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2005.

KRAAY, Hendrik. A invenção do 7 de setembro, 1822-1831. *Almanack Brasileiro*, São Paulo, n. 11, p. 52-61, maio 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/issue/view/852>. Acesso em: 31 mar. 2022.

KRAAY, Hendrik. Definição do Estado: rituais cívicos na Bahia pós-independência (1823-1850). *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 63-90, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/dQWn4CCTjCjJWYwgYq6W8YP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2022.

KRAAY, Hendrik. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do 2 de julho em Salvador, século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, p. 9-44, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20979/13581>. Acesso em: 31 mar. 2022.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2 v. Memória. Lisboa: Edições 70, 2000.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. Memória e identidade no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1923): origens da Casa da Bahia e o 2 de Julho. *Patrimônio e memória*. UNESP/FCLAs/CEDAP, v. 7, n. 1, p. 54-77, jun. 2011. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/88/88>. Acesso em: 31 mar. 2022.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. Braz do Amaral, o historiador da Bahia: sua concepção de história e o engajamento político-social na Primeira República. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais [...]*, Natal: ANPUH, p. 1-16, 2013. Disponível em: [http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/27/1364926209\\_ARQUIVO\\_BrazdoAmaral,ohistoriadordaBahia\\_TextoXXVIISimp.ANPUH.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/27/1364926209_ARQUIVO_BrazdoAmaral,ohistoriadordaBahia_TextoXXVIISimp.ANPUH.pdf). Acesso em: 30 mar. 2022.

LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência (1821-1822)*. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: Marcos e Representações Simbólicas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 173-206, 1995. Disponível em: <file:///C:/Users/Unicamp/Downloads/mariadelourdes.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MARSON, Izabel. O Império da Revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 73-101.

MEDICCI, Ana Paula. São Paulo en el movimiento de Independencia de Brasil (1820- 1822). *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos* [online]. Debates, 11 abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.65314>. Acesso em: 31 mar. 2022.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, v. 10, jul./dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 01 nov. 2022.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia Liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820/1824*. 2. ed. São Paulo: USP/CAPES; Intermeios, 2020.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A independência e a construção do Império*. São Paulo: Atual, 1995a.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O espetáculo do Ipiranga: reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. *Anais do Museu Paulista*, n. ser., v. 3, p. 195-208, jan./dez. 1995b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/Fg37kHR8zTqFXTn7pzf8Gzv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2022.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Ideias em confronto*. Embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825). São Paulo: Todavia, 2022.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O Museu Paulista da USP e a Memória da Independência. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 65-80, dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/4x88tXCsYqRzS4L9WvSxrfN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 mar.2022.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Delimitação do Lugar do “grito”: propostas e contradições. In: BARBUY, Heloísa; WITTER, José (orgs.). *Museu Paulista: um monumento no Ipiranga*. História de um edifício centenário e de sua recuperação. São Paulo: Federação e Centro das Indústrias de São Paulo, 1997. p. 213-225.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Museu Paulista: espaço de evocação do passado e reflexão sobre a História. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. ser., v. 10/11, p. 105-126, 2002-2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/fc9yQ5zpYVKhgyJKPTgZhLr/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Repercussão da Revolução no delineamento do Império do Brasil, 1808/1831. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 15-54.

PIMENTA, João Paulo. *Independência do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2022.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo Paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista USP*, São Paulo, n. 13, p. 78-87, maio 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25601>. Acesso em: 30 out. 2022.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. O jogo duro do dois de julho: o “partido negro” na Independência da Bahia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.79-98.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *A independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, [1977] 2012.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573102/000970377\\_historia\\_independencia\\_brasil.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573102/000970377_historia_independencia_brasil.pdf). Acesso em: 30 mar. 2022.

*Recebido em: 01 de abril de 2022*  
*Aprovado em: 19 de outubro de 2022*